

# **O DISCURSO DA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS**

Diana Luz PESSOA DE BARROS

Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)/Universidade de São Paulo (USP)/CNPq

## **Introdução**

Neste texto, que foi apresentado como conferência no Congresso da ABRALIN, tratamos de gramáticas do português, examinadas como discursos, na perspectiva da semiótica discursiva de linha francesa. Trata-se de projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido nos últimos anos, com bolsa do CNPq.

Pretendemos apresentar aqui, em primeiro lugar, alguns dos resultados obtidos com esse tipo de análise, salientando a importância dos estudos discursivos para a construção da história dos estudos linguísticos e das idéias linguísticas, em geral, e no Brasil em particular, e em segundo lugar, abordar, nessa perspectiva, mais especificamente as gramáticas brasileiras do século XX.

## **1. O discurso da gramática**

Nessa pesquisa sobre o discurso da gramática, estudam-se gramáticas do português (portuguesas e brasileiras), do século XVI à atualidade, na perspectiva da semiótica discursiva de linha francesa, tal como já foi mencionado. Examinam-se os procedimentos de construção do discurso da gramática e as relações desse discurso com outros discursos sócio-históricos, para mostrar como, em momentos diversos, os diferentes discursos gramaticais constroem laços entre língua e nação, criando impérios coloniais e identidades nacionais, ou relações entre língua e

sociedade, estabelecendo, por meio do ensino gramatical da língua, a ordem social. Mudam os discursos da gramática, alteram-se os modos de ver e de explicar o funcionamento da língua, mas as gramáticas asseguram sempre seu papel na produção das relações políticas, históricas e sociais. Construir impérios, criar identidades nacionais, garantir a ordem social, ensinar a língua, há sempre um papel político e social para a gramática, que, dessa forma, tem seu discurso justificado e renovado.

Os fundamentos teóricos gerais do projeto são as proposições de Sylvain Auroux (1988) sobre o papel da gramatização das línguas na constituição das “línguas nacionais”. O projeto caracteriza-se, além disso, pelo fato teórico-metodológico de conceber as gramáticas em exame como discursos e de pretender, portanto, construir a história das idéias linguísticas no Brasil a partir de discursos. O projeto tem dois objetivos mais gerais:

- estabelecer a organização discursiva das gramáticas e os diferentes conceitos e imagens de norma e de língua construídos;
- verificar se os discursos da norma são diferentes nas gramáticas portuguesas e brasileiras e indicar, assim, alguns dos caminhos percorridos, do século XVI até hoje, para a constituição da “língua nacional” no Brasil.

O discurso da gramática emprega um conjunto de procedimentos para levar o destinatário a acreditar na verdade e na necessidade de certos usos linguísticos. Examinamos três desses procedimentos: a modalização dos usos; o emprego das categorias de pessoa e de tempo do discurso; os diálogos com outros discursos sociais, que estabelecem as relações sócio-históricas das gramáticas.

A partir, sobretudo, do exame da modalização, foram propostos três tipos de norma e de língua: a norma única ou “natural”, determinada pela modalização do ser ou modalização de existência dos usos e que produz o efeito de sentido de uso natural ou normal da língua e a imagem de uma língua homogênea, sem variação (esse discurso da norma e essa concepção de língua ocorrem, por exemplo, nas gramáticas de Fernão

de Oliveira e de João de Barros, no século XVI, nas de Reis Lobato e de Contador de Argote, no XVIII, e nas gramáticas brasileiras do século XIX, entre outras); a norma prescritiva, caracterizada pela modalização pelo dever, mas também pelo querer e pelo poder, e que determina que um uso deve ser e que outros não devem ser, porque são desqualificados, não têm prestígio, são errados, e que cria, então, a imagem de uma língua heterogênea, mas em que os usos são hierarquizados (o segundo tipo de modalização é o das gramáticas de Jerônimo Soares Barbosa, no fim do século XVIII, ou de Celso Cunha, no século XX, entre outras); uma espécie de ausência de norma, quando todos os usos são modalizados pela existência, todos existem, e de que decorre a imagem de uma língua heterogênea, mas em que os usos não são hierarquizados, salvo pela frequência dos usos (é o caso da gramática de usos de Maria Helena de Moura Neves, no século XX, no Brasil, entre outras).

O quadro 1 abaixo apresenta um resumo do que acabamos de dizer sobre os três tipos de norma, segundo as modalizações discursivas:

QUADRO 1:

<b>norma única, “natural”</b>	<b>norma prescritiva</b>	<b>norma usual, de frequência de uso</b>
modalização pela existência, pelo ser (de um único uso)	modalização pelo querer, dever e poder-ser e fazer	modalização pelo ser (de diferentes usos)
língua homogênea, sem variação	língua heterogênea, com variantes hierarquizadas (obrigatórias, possíveis, proibidas)	língua heterogênea, com variantes não hierarquizadas, a não ser pela frequência dos usos

É preciso, ainda, observar que são, sobretudo, os elementos metalinguísticos das gramáticas que explicitam as modalizações e os usos das pessoas e do tempo do discurso, que, por sua vez, constroem o

discurso da norma. Foram examinados assim os prefácios, as introduções, as dedicatórias, os comentários, as observações, as notas de rodapé, os primeiros e últimos capítulos. Os exemplos e as relações intertextuais mostradas, finalmente, permitiram que se estabelecessem as relações sócio-históricas dos discursos das gramáticas.

## 2. As gramáticas brasileiras do século XX

Escolhemos duas das gramáticas brasileiras do século XX, que consideramos bem diferentes uma da outra: a *Gramática da Língua Portuguesa*, de Celso Cunha, publicada no Rio de Janeiro, em 1972, e a *Gramática de Usos do Português*, de Maria Helena de Moura Neves, publicada em São Paulo, em 2000.

O discurso da norma única ou natural e a imagem de uma língua homogênea sem variação são, em geral, como foi visto, os das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros, no século XV, e das gramáticas brasileiras do XIX.

Já as gramáticas brasileiras do século XX constroem, sobretudo, o discurso da norma prescritiva e a imagem de uma língua heterogênea, mas em que os usos são hierarquizados. Esse discurso da norma prescritiva deve-se, a nosso ver, principalmente ao caráter didático e pedagógico dessas gramáticas. As gramáticas do século XVI e as gramáticas brasileiras do século XIX constroem o discurso da norma única, “natural”, e da língua homogênea, que dialoga em conformidade com o discurso nacionalista e colonialista português do século XVI e com o discurso nacionalista brasileiro do XIX. As gramáticas portuguesas do século XVI respondem às necessidades do império de ensinar a língua aos bárbaros, aos estrangeiros (é uma espécie de caráter pedagógico “externo”), as gramáticas brasileiras do século XIX têm papel importante na construção do Estado-nação brasileiro, sobretudo devido à função significativa da língua na formação das nações. O discurso da norma nessas gramáticas

é, assim, o discurso da norma única, natural e da língua homogênea, que convém aos discursos de formação dos impérios e das nações, aos discursos de identidade da língua e do estado, quer isso ocorra com as gramáticas do renascimento europeu, quer com as gramáticas brasileiras do XIX.

Ao contrário, o que predomina nas gramáticas brasileiras do século XX, é o discurso da norma prescritiva e da língua heterogênea cujos usos são hierarquizados, apropriado e necessário às funções pedagógicas que as gramáticas assumem nesse período.

A sociedade de classes, fortemente hierarquizada, exige uma concepção de língua em que os usos são, também eles, hierarquizados. Trata-se de ensinar a “língua”, concebida como seu uso mais prestigioso e qualificado, às camadas sociais que têm usos menos prestigiosos ou mesmo considerados como usos desqualificados e incorretos. Busca-se, com isso, conservar a “boa norma” e “salvar” a língua, “ameaçada” pelos “maus usos”. Essas gramáticas são chamadas de gramáticas “tradicionais” ou de gramáticas “normativas” no Brasil. Elas não constroem mais os laços entre a língua e o império ou entre a língua e a nação, e sim entre a língua e a sociedade hierarquizada, em que o ensino tem seu lugar. Elas seguem a tradição das gramáticas do português desde João de Barros, no século XVI (a tradição greco-latina).

Deve-se, entretanto, assinalar outra característica das gramáticas brasileiras do século XX, que toma direção contrária: devido aos diálogos que se estabelecem fortemente entre a gramática e o discurso da linguística, em particular os da sociolinguística, as gramáticas brasileiras do século XX propõem um número maior de graus intermediários entre os usos proibidos e os usos prescritos, isto é, o número de usos possíveis aumenta consideravelmente. Essas variantes linguísticas, então aceitas ou permitidas, indicam que houve um alargamento dos limites do uso, sempre permanecendo nos domínios da norma culta ou da “boa norma”. Graças à influência da linguística, essas gramáticas anunciam as gramáticas de uso que só aparecerão no fim do século.

Se o século XIX é o século da constituição do Estado brasileiro (a independência de Portugal, em 1822, e a formação da República em 1889) e se as gramáticas brasileiras do XIX se colocam, então, no cruzamento dos discursos de construção da língua nacional e do Estado-nação brasileiro e, conseqüentemente, de afastamento de Portugal, a antiga metrópole, e dão sua contribuição e apoio à construção do Estado-nação brasileiro, as coisas se passam de outra forma no século XX e, principalmente, na segunda metade do XX.

No século XX, nossas diferenças linguísticas em relação a Portugal, tão reforçadas nas gramáticas anteriores, estão já claramente estabelecidas graças à fundação da Academia Brasileira de Letras (1897), aos acordos ortográficos da língua portuguesa (1931, 1938, 1943, 1971, 1990), à criação das Faculdades de Letras e à introdução obrigatória, a partir dos anos 60, da disciplina de Linguística nos cursos de Letras, à elaboração e à implantação da Nomenclatura Gramatical Brasileira – NGB, em janeiro de 1959. A NGB cria certa homogeneidade terminológica nas gramáticas que antes dela eram mais numerosas e empregavam terminologias e perspectivas teóricas diversas.

As gramáticas que estamos aqui examinando são posteriores a esses acontecimentos que mudaram o papel das gramáticas. Os diálogos estabelecidos com a Linguística são, então, acentuados no período e produzem, entre outras conseqüências, a que já observamos: um número maior de usos considerados possíveis e aceitáveis.

As gramáticas brasileiras do século XX têm, assim, certa ambigüidade ou dualidade, já que são prescritivas e, ao mesmo tempo, aceitam um leque maior de usos. Esses usos são aceitos ou aceitáveis, mas não prescritos.

Dessa forma, as gramáticas brasileiras do século XX se inserem, de modo tímido, no quadro de valores do que Chauí (1993) chamou de discurso racista da diferença, que se construiu a partir dos discursos anti-racistas do século XX. As diferenças devem ser mantidas como diferenças, mas separadas, segregadas, sem misturas.

Desses desenvolvimentos dos estudos linguísticos e dos cursos de Letras decorrem, além disso, gramáticas mais descritivas, mais explicativas e gramáticas de uso, de que trataremos na última parte deste texto.

### **3. *Gramática da Língua Portuguesa*, de Celso Cunha (1972)**

A *Gramática da Língua Portuguesa* de Celso Cunha foi escolhida para este estudo porque foi muito empregada na escola em sua época, e ainda hoje é utilizada. Foi publicada pela Fundação Nacional de Material Escolar do Ministério da Educação e da Cultura do Brasil, o que lhe deu um caráter de gramática quase “oficial”.

Conforme foi já observado, são os elementos metalinguísticos das gramáticas que explicitam as modalizações e o emprego das pessoas e do tempo do discurso. Na gramática de Celso Cunha foram examinadas sobretudo as “observações”, que cobrem uma grande parte do texto, e que oferecem citações de gramáticos, filólogos ou linguistas (p.278), informações históricas (p.281), indicações bibliográficas, explicações e aprofundamentos das noções teóricas, das discussões teóricas e da metalinguagem empregada, e, finalmente, variações do uso.

Começemos por observar como a *Gramática* apresenta seus fins pedagógicos e como constrói o discurso da norma prescritiva; fins e discurso que indicamos como sendo os das gramáticas do século XX. A gramática de Celso Cunha não apresenta seus objetivos de modo claro. A partir de seu exame, pode-se, porém, extrair os fins pedagógicos. Há, por exemplo, um comentário sobre o caráter elementar da gramática (p. 547) e outros sobre como facilitar a aprendizagem (“Para facilidade de aprendizado, convém, no entanto, saber...” p. 199) e sobre artifícios didáticos (“Como artifício didático para aprender-se o mecanismo das conjugações...” p. 374), descrição e classificação dos fatos de língua (p. 141, 148, 256, 257).

Se a finalidade da gramática é a de ensinar o “bom e belo uso” da língua, é preciso verificar quais são as estratégias persuasivas que o autor emprega.

Segundo a definição de norma explícita de Aléong (s/d), que se confunde com a da norma culta, as três características dessa norma podem ser encontradas na gramática em exame:

- 1 – ela tem o referendo dos usuários de autoridade e de prestígio (sobretudo escritores e gramáticos) (p. 409, por exemplo);
- 2 – ela constrói um “discurso da norma”, fundamentado, sobretudo, nos valores éticos e estéticos (“Nesse caso é de boa norma repetirmos o pronome” p. 302, ou também p. 244, 397, etc.);
- 3 – há um aparelho de divulgação da norma (no caso, principalmente, escolas e administração pública).

Deve-se observar que para construir o discurso da norma prescritiva, os gramáticos empregam o referendo dos usuários de autoridade e prestígio, e para engendrar o discurso da norma única e natural, eles não utilizam exemplos de escritores ou de outros usuários, mas, ao contrário, se servem de seus próprios exemplos, de exemplos que criam. Em outras palavras, para impor um uso, para dizer que ele deve ser, entre outros, para garantir a hierarquia dos usos (da norma prescritiva), as gramáticas precisam da confirmação da autoridade e do usuário de prestígio, mas para dizer que os usos propostos são os únicos que existem, que eles são naturais (na norma natural, única), basta exemplificá-los com palavras ou frases do próprio gramático. Na gramática de Celso Cunha, os usos têm o referendo dos escritores, havendo mesmo uma classificação dos escritores em “grandes”, “modernos”, etc.

Como foi já observado, a modalização essencial da norma culta é a do dever-ser ou fazer (com os verbos “dever” ou “não poder”, o adjetivo “obrigatório”, o advérbio “obrigatoriamente” ou as expressões “de regra”, “de norma”, entre outras) (p. 243, 603, 274, 289, 189, 296, 335, 263, 230, 266, 169, 207, 275, 168, 445, 226, 228, 290):



... e o escritor ou o locutor deverá usar daí por diante o artigo definido (p. 243);

Por outro lado, não devemos empregar o pronome *ele* (*ela*) para... (p. 289);

O *subjuntivo* é de regra nas *orações adjetivas* que exprimem... (p. 445).

As outras três modalidades são o querer, o poder e o saber.

A norma culta é modalizada também pelo querer-ser ou fazer, isto é, o discurso instala um sujeito que quer bem falar e escrever a língua ou ser dela um bom usuário (p. 176, 460, 261, 263, 244, 461 – “querer” e “preferir” são, em geral, empregados):

Quando se quer dar mais ênfase à frase, costuma-se... (p. 167);

Advirta-se, ainda, que em Portugal a forma preferida é *mobilar*, conjugada regularmente... (p. 405).

O saber, por sua vez, qualifica a existência e a competência dos usuários cultos (p. 295, 377, 618), modalizando, sobretudo, o *Prefácio* da gramática de Celso Cunha:

Sabemos que as formas oblíquas tônicas dos pronomes pessoais vêm acompanhadas de preposição... (p. 295);

... que deve ser conhecida para evitar-se a frequente confusão que se estabelece nos poucos verbos em que as formas são distintas. (p. 377).

O poder, finalmente, cria o regime da facultatividade, da exceção, de tudo que é admitido, permitido, possível (p. 80, 167, 225, 305, 444, 228, 230, 305, 241, 247, 248, 298, etc.). Já mencionamos que o cruzamento do discurso da gramática com os discursos da linguística, e, em particular, com os da sociolinguística, levou a mudanças dos graus intermediários entre os usos prescritos e proibidos, aumentando consideravelmente o número de usos possíveis, isto é, que podem ser nessa gramática:

Nestes casos pode-se dispensar o artigo... (p. 225);

Hoje a concordância é facultativa... (p. 444);

Em princípio, as fórmulas comparativas podem admitir a exclusão do artigo indefinido. (p. 247).

As variantes modalizadas pelo poder indicam os limites possíveis do uso, para que se permaneça no domínio da norma culta. Elas asseguram o conceito de falante culto como aquele que é capaz de empregar a língua em diferentes situações e em todas as variações permitidas. São sobretudo:

- a) variantes diacrônicas (português vs. latim, português moderno vs. português antigo e/ou médio; língua atual vs. língua de outrora);
- b) variantes de registro: linguagem culta, linguagem corrente, coloquial ou familiar, linguagem popular, linguagem vulgar, linguagem literária e erudita;
- c) variantes regionais, sobretudo dos usos do português do Brasil e de Portugal;
- d) variantes de modalidade: língua escrita e falada.

Em relação às variantes diacrônicas, pode-se observar que Celso Cunha não mais se ocupa das relações com o latim ou o faz apenas no Capítulo 1, histórico. Distingue, porém, o português moderno e o anti-go ou médio (p. 354, 496, 304, 158, 317, 353, 361, 491, 521, 336) e dá primazia à língua moderna, qualificando de artificiais, raros ou arcaicos os empregos que alguns escritores fazem de fatos linguísticos em que há desacordo diacrônico (p. 496, 531, 306):

Na língua culta de hoje, constrói-se, preferentemente com...(p.491);

Na língua moderna, tem ele [pronome possessivo] assumido valores variados...(p.317);

Esta construção, que não era rara no português médio, só aparece modernamente em autores de expressão artificial (p.354);

É raro nos escritores modernos, mas muito frequente nos do português antigo e médio o uso do verbo haver, como verbo principal (p.496)

A gramática examina então as diferenças entre a língua de hoje e a de outrora, considerando-as como variantes em geral aceitáveis. A variante atual é preferível, pois o uso ou a generalização de um certo uso (p. 266, 246, 296) e o referendo dos escritores ditos modernos autorizam a escolha (“Em alguns escritores modernos vai encontrando guarida o emprego do futuro para indicar uma ação posterior a outra no passado.” (p. 439). O referendo dos escritores é necessário no discurso da gramática de Celso Cunha, pois, como vimos, apenas o uso não basta para a aceitação de um fato linguístico em uma gramática prescritiva (p. 296).

Quanto aos registros, na *Gramática da Língua Portuguesa*, distinguem-se, pela *aspectualização quantitativa ou de intensidade de seus usuários, três tipos*:

- há usos na justa medida, os da boa norma, aí incluídos seus registros distensos, isto é, a linguagem corrente familiar e a coloquial (p. 338, 233, 467, 249, 437, 143, 295, 298, 301, 328, 355); os usos formais ou informais da boa norma são prescritos ou bem aceitos na gramática:

Na linguagem coloquial, emprega-se *a gente* por *nós* e, também, por *eu*. (p. 295);

Na linguagem corrente do Brasil evitam-se as formas de sujeito composto que levam o verbo à 2ª pessoa do plural... (p. 467);

Na linguagem coloquial do Brasil é corrente o emprego do verbo *ter* como impessoal, à semelhança de *haver*. (p. 143).

- há usos excessivos, os eruditos e os literários (p. 437, 365); na linguagem erudita e na literária, a correção da norma é levada às últimas consequências, e por isso seus usos podem ser criticados como artificiais ou elogiados como o “ponto mais alto” da norma, ou seja, não apenas a correção, mas a perfeição:

Na linguagem literária emprega-se, vez por outra, o mais-que-perfeito simples em lugar de... (p. 437);

Os demais [multiplicativos] pertencem à linguagem erudita. (p. 365).

- há usos insuficientes, como os da linguagem popular e da vulgar.

O caráter insuficiente da “linguagem corrente popular” coloca esses usos em duas outras posições: como empregos no limite da aceitação ou como usos fora da norma, ou seja, proibidos; os usos limítrofes são os duvidosos, pois há usuários de prestígio que os aceitam e empregam, devido à “realidade do uso corrente e popular”, e outros que os recusam, seguindo a “tradição gramatical”; há gramáticas e dicionários que os admitem e outros que os proíbem, por serem “viciosos, condenáveis e se insinuarem” na boa norma (p. 298, 603, 483, 487, 491, 494, 302, 266), quase como uma falta moral; as linguagens vulgares, que a gramática condena, são aquelas que alguns usuários cultos empregam, mas que não recebem o referendo institucional, e se apresentam, portanto, como erros, incorreções, confusões ou usos proibidos. Ocorrem apenas seis casos na gramática examinada (p. 66, 110, 296, 377, 483, 497) e neles estão em jogo valores éticos do certo e do errado (“utilidade social”, “desleixo”, “repercussões nefastas na vida prática”, “boa norma da civilidade”) e estéticos da elegância e deselegância da linguagem, e há, em decorrência, ameaças de punição. Às vezes, porém, o autor toma partido do lado contrário e critica os gramáticos que “lutam contra a realidade dos usos” (p. 402, 344). Seguem alguns exemplos do tratamento dado às linguagens popular e vulgar na *Gramática*:

A tradição gramatical aconselha o emprego das formas oblíquas tônicas depois da preposição *entre* (...). Na linguagem coloquial predomina, porém, a construção com as formas retas, sintaxe que se vai insinuando na linguagem literária (p. 298);

Tal construção, considerada viciosa pelos gramáticos, mas muito frequente no colóquio diário, já se vem insinuando na linguagem literária, principalmente quando o complemento de *esquecer* é um infinitivo (p. 487);

Na língua corrente é também esta a conjugação dos verbos *entupir* e *desentupir*. Alguns gramáticos, porém, em luta contra a realidade, pretendem que neles (...) só se devem legitimar as antigas formas com *u...* (p. 402);

Construções do tipo (...) embora se documentem em alguns dos melhores escritores da língua, especialmente do século passado, não devem ser hoje imitadas (p. 497);

Além de sua função linguística, a pontuação tem uma utilidade social. Um texto mal pontuado é de acesso difícil e, em geral, deixa no leitor uma penosa impressão de ignorância ou de desleixo daquele que escreveu. E dar de si uma tal impressão pode ter repercussões nefastas na vida prática (p. 618).

As variantes regionais são, por sua vez, aceitas como usos possíveis, permitidos, no âmbito da “boa norma”. Há, porém, poucos casos de variação entre as regiões do Brasil ou entre as regiões de Portugal. Bem mais frequentes são as encontradas entre o português do Brasil e de Portugal.

As variações regionais no Brasil aparecem sobretudo no capítulo sobre fonologia (p. 174, 292). No entanto, mesmo nesse capítulo, o mais comum é falar-se do “português normal do Brasil” ou simplesmente do “português do Brasil”, mesmo que o uso em questão não se aplique a todo o País (p. 55).

Quanto às diferenças entre o português do Brasil e de Portugal, embora mais frequentes na gramática de Celso Cunha, poucas ainda são apresentadas:

Pela simples entoação distinguimos, por exemplo, a fala de um português da de um brasileiro e, entre brasileiros, a de um carioca da de um nortista, de um gaúcho, de um mineiro, etc (p. 174);

...com o pronome *outro*, possibilitando as aglutinações *estrouto*, *essoutro*, *aqueloutro*, desusados no português coloquial do Brasil (p. 328);

A colocação dos pronomes átonos no Brasil difere apreciavelmente da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica” (p. 312);

A construção de *estar* (ou *andar*) + *gerúndio*, preferida no Brasil, é a mais antiga no idioma. Na língua moderna de Portugal predomina a construção, de sentido idêntico, formada de *estar* (ou *andar*) + *preposição a* + *infinitivo* (p. 382);

Em lugar de *menor* usa-se também *mais pequeno*, que é a forma preferida em Portugal (p. 263).

Há, na maior parte das vezes, identificação entre o português de Portugal (para o qual não há quase menção de variação) e o português culto “formal” do Brasil. As diferenças são apresentadas como próprias do português informal, popular ou vulgar do Brasil. Há muito poucos usos comuns ao português de Portugal e ao português popular do Brasil (quando o uso popular se opõe ao culto):

Tomemos como exemplo o verbo *incendiar* (...). Os demais verbos em *-iar* são regulares na língua culta do Brasil (...). Há verbos, como *agenciar*, *comerciar*, que no português de Portugal e na língua popular no Brasil se conjugam pelo modelo de *incendiar* (p. 405).

Finalmente, em relação às modalidades escrita e falada na gramática de Celso Cunha, parece-nos necessário dizer algumas palavras prévias, especificamente sobre a existência de um discurso da norma da língua falada.

Em estudos anteriores (Barros, 1997) pudemos concluir sobre a questão da norma na língua falada que: existe um discurso da norma para a fala, ou seja, os falantes têm consciência de que tanto a fala quanto a escrita são regulamentadas por “regras do bem falar e escrever”, como ocorre com os falantes do material do NURC, que procuram construir seu papel social de falante culto, e que essas regras não são as mesmas para a fala e a escrita; que o discurso da norma na fala, além de prescrever certos empregos, permite um leque maior de usos, o que leva à caracterização do falante culto pela maleabilidade de adaptação a diferentes momentos e situações e pelo uso adequado da língua nas variadas interações verbais. Restava verificar se a norma da fala era também codificada institucionalmente por gramáticas, dicionários e academias. Os resultados de pesquisa sobre as gramáticas (Barros, 2008 e 2009) mostraram que, nas gramáticas portuguesas do século XVI, do XVII e do XVIII, não são consideradas as diferenças entre a modalidade escrita e a falada, e que essa distinção começa a aparecer nas gramáticas do século XIX e se torna realmente relevante no XX.

Nas gramáticas do século XIX, o traço de coloquialismo começa a fazer parte da caracterização da linguagem popular. “Coloquial” define-se nos dicionários *Aurélio* e *Houaiss* como “relativo a, ou próprio de colóquio”, que, por sua vez, é “conversação ou palestra entre duas pessoas”. As definições continuam: “diz-se do estilo em que se usam



vocabulário e sintaxe bem próximos da linguagem cotidiana” (*Aurélio*); diz-se de variante da língua falada usada em situações informais ou de pouca formalidade; diz-se de variante linguística ou registro cuja fonética, morfologia, vocabulário e sintaxe são próprios da linguagem informal de pessoas cultas” (*Houaiss*). Em outras palavras, no século XIX, a oralidade já é mencionada explicitamente, ainda que seja apenas a fala cotidiana e informal dos usuários cultos.

Já nas gramáticas do século XX, distinguem-se usos e normas para as modalidades falada e escrita. Chama a atenção, na gramática de Said Ali, no início do século, a presença da distinção entre as modalidades falada e escrita, que não havia aparecido nas gramáticas anteriores.

A gramática de Celso Cunha ocupa-se das línguas falada e escrita, de início, quando examina a entonação ou as regras de escritura (pontuação, etc.). Nesses casos, porém, trata-se, simplesmente, de questões de convenção ortográfica em que a escrita marca, indica ou representa um elemento prosódico (p. 163).

Há, além disso, nessa gramática, um discurso da norma da língua falada, claramente construído sobre dois pontos principais:

- as regras que organizam os usos são diferentes na fala e na escrita e disso resulta que o leque de possibilidades da língua falada é maior que o da língua escrita, mais normatizada, tendo a língua falada já aceitado certas mudanças linguísticas ainda não incorporadas pela escrita;
- nesse leque maior de possibilidades da língua falada, há:
  - a - usos modalizados como possíveis e colocados nos limites da norma, que são permitidos na fala e que se vão incorporando e sendo também aceitos na escrita (são os usos correntes, informais, coloquiais):

Na linguagem coloquial do Brasil é corrente o emprego do verbo *ter* como impessoal, à semelhança de *haver*. Escritores modernos - e alguns dos maiores - não têm duvidado em alçar a construção à língua literária (p. 143);

Esse pronome de interesse, também conhecido por dativo ético ou de proveito é de uso frequente na linguagem coloquial, mas por vezes aparece na pena de escritores e, não raro, produzindo belos efeitos (p.301);

A construção com objeto direto de “pessoa” (...) é a predominante na linguagem coloquial brasileira, razão por que nossos escritores atuais não têm duvidado em acolhê-la (p. 492);

Na linguagem coloquial, emprega-se *a gente* por nós e, também, por *eu*: ‘Disse: - *a gente* tem cada cisma de dúvida boba, dessas desconfianças...’ (G. Rosa, PE, 13) (p. 295).

- b - usos também aceitos na fala, pois são empregados por alguns falantes cultos, mas recusados por certos gramáticos e escritores, e, por conseguinte, proibidos na escrita:

Substantivado, *algum* se usa, popularmente, na acepção de “dinheiro”: Ter *algum*. Estar com *algum* (p. 337);

- c - usos que só ocorrem em situações de fala e são considerados “fora da norma”, tanto para a fala, quanto para a escrita (são os usos vulgares e “incorretos”):

Na fala vulgar e familiar do Brasil é muito frequente o uso do pronome *ele* (s), *ela* (s) como objeto direto em frases do tipo: *Vi ele; Cumprimentei ela*. Embora esta construção tenha raízes antigas no idioma (...), deve ser hoje evitada (p. 290);

- d - usos “excessivos”, mais raros, que são aceitos na língua escrita e rejeitados na fala (certos usos eruditos ou literários):

Vossa Excelência só se emprega... E assim mesmo quase que exclusivamente na língua escrita e protocolar (p. 293);

Quando a preposição antecede o artigo definido que faz parte do título de obras (...), não há prática uniforme. Na língua escrita, porém, deve-se evitar a contração...( p. 217);

Podem [ditongos crescentes], no entanto, ser emitidos com separação dos dois elementos, formando assim um hiato: gló-ri-a, cá-ri-e, vá-ri-o, etc. Ressalte-se, porém, que na escrita, em hipótese alguma, os elementos desses encontros vocálicos se separam no fim da linha...( p. 59).

O quadro 2 que segue mostra que as fronteiras da norma estão mais afastadas na gramática de Celso Cunha, quando se trata da língua falada, e que os graus intermediários entre os usos prescritos e os proibidos são bem mais numerosos se as modalidades falada e escrita são consideradas:

## QUADRO 2:

<b>Língua escrita e língua falada</b>	<b>usos naturais ou prescritos (que são e que devem ser)</b>
a) Língua escrita e língua falada	variantes aceitas (que podem ser): variantes diacrônicas, correntes e regionais
b) Língua falada	variantes aceitas na fala informal (coloquial) e que começam a ser incorporadas na língua escrita
Língua falada	casos duvidosos (que podem ser e que podem não ser), aceitos na fala e recusados na escrita: linguagem popular
	sos proibidos (mas empregados na fala de usuários “cultos”)
	usos que não estão incluídos na gramática (que não são, que não existem)

Em síntese, podemos dizer que a *Gramática da Língua Portuguesa* de Celso Cunha é um bom exemplo das gramáticas brasileiras do século XX:

- segue a tradição das gramáticas portuguesas, segundo o modelo de João de Barros no século XVI, e as direções dadas e consolidadas pela NGB que, também ela, toma a mesma direção da gramática tradicional;
- é uma gramática de sua época que estabelece diálogos proveitosos com a Linguística e, mesmo buscando construir um discurso da norma prescritiva, tenta descrever e explicar os fatos de língua; constrói o discurso da norma da língua falada, distinguindo as regras dos usos falados e escritos; apresenta um número maior de usos possíveis entre os prescritos e os proibidos;
- é uma gramática com fins pedagógicos.

Por todas essas razões, podemos dizer que a gramática de Celso Cunha faz escola ou mesmo que ela faz a escola no Brasil.

#### **4. *Gramática de usos do português* de Maria Helena de Moura Neves (2000)**

Apresentaremos sucintamente as características da *Gramática de usos do português*, de Maria Helena de Moura Neves, e, em seguida, falaremos um pouco das gramáticas de usos e dos papéis que têm no Brasil no século XX.

Examinamos sobretudo a *apresentação* da gramática, a *introdução* de cada parte, as *observações* (Obs.) e os *comentários* (#).

A *apresentação* e as *introduções* apresentam a *Gramática de usos do português* como uma gramática cujo objetivo é mostrar “como está sendo usada a língua portuguesa atualmente no Brasil” (p. 43), isto é, a gramática pretende “prover uma descrição do uso efetivo dos itens da língua” (p. 14) ou da “língua viva”, em funcionamento. Trata-se, então, de uma gramática diferente das precedentes, mesmo das do século XX, mas que resulta também dos diálogos já mencionados entre o discurso da gramática e o da linguística. A gramática de Neves é, nesse sentido, também ela uma continuidade, mas marcada por rupturas, entre quais deve ser colocada a definição de norma.

Três outras novas características da gramática são assinaladas na *apresentação* e nas *introduções* de cada parte:

- a gramática considera que a unidade maior do funcionamento da língua é o texto (p. 15) e, dessa forma, que as categorias linguísticas devem ser examinadas a partir de seu comportamento no texto;

- a gramática explicita sua perspectiva teórica, a da linguística funcional, e, nessa direção, considera que os elementos linguísticos são multifuncionais, ou seja, que eles realizam funções diversas e que essas funções dependem dos diferentes níveis e limites das unidades.
- a gramática examina usos atestados na base de dados do Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP-Araraquara.

Os *comentários* (#) acrescentam informações a propósito do fato gramatical descrito, como por exemplo:

# com verbo IR no passado, a indicação é de futuridade dentro do passado (p. 65);

# observe-se que essas construções só ocorrem com adjetivos participais (p. 282);

As *observações*, por sua vez, ocupam-se da organização da gramática:

Obs: *Essas construções são examinadas na Parte II, O **pronome pessoal*** (p. 65)

Obs: *Esta questão é retomada nas partes II e III sobre **artigos, (definido e indefinido)**. Aqui se faz uma exposição genérica* (p. 69);

Obs: *Essa questão é desenvolvida em **O adjetivo** (1.3) (p. 73).*

A gramática se dirige, de modo explícito, a dois grupos de destinatários: de um lado, aos falantes “comuns” da língua e aos estudantes (“para maior utilidade ao consulente comum” (p. 14); “para facilidade de acompanhamento pelo público comum e estudantes” (p. 14)), de outro, aos estudiosos da língua, que podem “assentar suas explorações no conhecimento das investigações já efetuadas”(p. 14).

A modalização pelo poder, que nas gramáticas prescritivas cria os usos possíveis ou não, na fronteira da norma, em uma gramática de usos constrói a variação de cada uso que é, que existe (não apenas a que é prescrita ou proibida). Ela opõe assim os usos comuns ou únicos (“... com os nomes de processo, só a preposição **de** introduz argumento A1” (p. 97)) aos usos que variam em certos casos (“Em alguns casos, esses argumentos podem vir introduzidos pela preposição **entre**” (p. 49); “É possível tanto o A1 (subjetivo) como o A2 (objetivo) terem a forma **de + substantivo**” (p. 97)), empregando para tanto expressões de modalização do poder, tais como “só” ou “sempre”, no primeiro caso, e “podem e “é possível”, no segundo. Para assinalar a variação de uso, isto é, as variantes diferentes de um mesmo fato linguístico, a gramática emprega também a expressão “há outros tipos” e sobretudo o verbo “ocorrer” e o substantivo “ocorrência”(p. 40, 43, 106).

Uma das características de uma gramática de usos é a de mostrar, então, que há variações de usos, mas, além disso, que essas variantes têm papéis diversos nos textos, produzindo neles sentidos diferentes. Elas não são nem melhores nem piores do que outras, elas são simplesmente diferentes (p. 249, 250, 253, 320).

É preciso ainda dizer, sobre a norma, que as gramáticas de usos só podem construir uma norma pela frequência dos usos. Trata-se da norma mais usual, comum, frequente. A gramática de Neves não estabelece essa norma usual pela frequência dos usos. O que mais se aproxima disso são os usos determinados por expressões como “é mais usual”, “é mais comum”, “é comum” (p. 30, 31, 94, 97), “é mais facilmente encontrado” (p. 31), “é mais provável” (p. 57), “frequentemente”, “comumente”,

“com muito maior frequência” (p. 164, 96, 94) ou, ao contrário, pela expressão “é muito raro” (p. 96). Seguem alguns exemplos:

Há três possibilidades de pluralização: nos dois elementos ou em cada um deles. Entretanto, o mais comum é que a palavra não varie (p. 229);

Posposto – Essa é a posição mais frequente na linguagem comum, a menos marcada (...). Antesposto – Essa é a posição mais marcada, e, por isso mesmo, ela é bastante ocorrente nas obras literárias, já que dá grande efeito de sentido, especialmente o efeito de maior subjetividade (p. 201);

A frequência mencionada não resulta de um trabalho estatístico, mas, tudo indica, da experiência da autora.

Em relação à classificação dos usos como variantes diacrônicas, regionais ou de registros sociais, é preciso dizer que essa classificação é feita sobretudo nas gramáticas prescritivas, que têm necessidade de hierarquizar os usos. As gramáticas de usos descrevem e explicam os usos, sem precisar classificá-los ou hierarquizá-los. Elas podem, entretanto, fazê-lo, dizendo que se trata de um uso mais frequente em uma dada região ou época. É possível que essas informações retomem, de modo indireto, a hierarquização dos usos, já que ao dizer que uma variante é mais usual no Nordeste do país ou na zona rural, pode-se, por razões que não são linguísticas, desqualificar esse uso. A gramática de Neves muito raramente indica essas relações. Ela faz referência apenas a alguns usos regionais e a certas variações de registro, de formalidade e de gênero textual, encontradas no corpus:



# Por outro lado, mesmo que o **sintagma** que contém **NENHUM** venha antes do **verbo** da **oração**, a marca negativa pode ocorrer, em linguagem coloquial ou regional: (...) (p.544);

Pode-se escolher uma construção com **verbo-suporte** num **texto científico ou técnico** por essa construção pertencer ao **jargão da área** (p. 57);

Esses usos, que se referem a **quantificadores**, pertencem a um **registro mais distenso e são considerados erros pela gramática normativa** (p. 233);

Essa “negação dupla” ocorre especialmente em linguagem mais popular e regional (p. 299);

Nessas ocorrências percebe-se que os **sintagmas objetos** dos verbos-suporte caracterizam **situações informais** (p. 58);

# Num registro bem popular, há casos de verbo no indicativo (p. 297);

# Num registro mais informal ocorre **oração completiva** de **substantivo** sem **preposição**: *Não há dúvida QUE irei embora daqui.* (CCA) (p.361);

Num registro mais informal ocorre **oração completiva** de **adjetivo** sem **preposição**: *Alves cumpriu instruções da direção do seu partido, desejosa Ø QUE ele conversasse a sós com o ex-governador de São Paulo.* (CRU) (p.362);

a) Nomes de pessoas conhecidas ou famosas (especialmente no registro coloquial): *A Neusa Sueli sabe como eu sou.* (NC) (...)

# Esse uso do **artigo** é, entretanto, ligado a costume regional, familiar ou pessoal. Desse modo, também é comum que o **artigo definido** não seja usado: *Achei Ø Elvira meio esquisita.* (VN) (p.404);

# Especialmente não se usa **artigo** se o registro é elevado, e se se trata de **nome** de pessoa famosa, mas não popular: *Ø Antero de Quental foi budista, asseverando Ø Penha que Ø Junqueiro também o teria sido, (...) Ø Darwin e Ø Tolstói (...) também o foram, inconscientemente.* (FI) (p.405);

O pronome oblíquo átono não-reflexivo **de** terceira pessoa LHE e os pronomes oblíquos átonos **de primeira e de segunda pessoa do singular** (ME e TE) **podem contrair-se com o** pronome oblíquo átono não-reflexivo **de** terceira pessoa O, **numa forma que represente ambas as funções sintáticas** (MO, TO, LHO), **embora esse emprego se restrinja ao uso literário ou a um registro mais formal** (p.466);

# Menos comuns e restritas à linguagem coloquial são as **orações consecutivas** que têm como antecedente um **sintagma nominal** com o elemento **cada**, fazendo **intensificação**, em **posição adnominal** ... (p.923);

# Por outro lado, mesmo que o **sintagma** que contém **NENHUM** venha antes do **verbo** da **oração**, a

marca negativa pode ocorrer, em linguagem coloquial ou regional: *NENHUMAS ruindades deste mundo **não** têm poder de segurar a gente pra sempre.* (SA) (p.544).

Quanto à distinção entre a modalidade falada e a escrita, conforme foi dito é ela uma das características das gramáticas do século XX. A gramática de Neves trata, portanto, da questão, mas no âmbito de uma gramática de usos e segundo os estudos sobre língua falada e escrita desenvolvidos, nas últimas décadas, sobretudo pelos estudiosos do discurso e do texto (Marcuschi, 1997; Barros, 2000). Em outras palavras, descreve os usos atestados no corpus, sejam eles encontrados na fala ou na escrita, aponta, sempre que possível, o fato de o uso ocorrer, com mais frequência, em uma das modalidades, trabalhando com uma distinção gradual entre fala e escrita. As citações que seguem mostram essa forma de tratar as modalidades falada e escrita, em uma gramática de usos:

Pode-se optar pelo **verbo-suporte** para se obter maior adequação de **registro**, isto é, a construção com **verbo-suporte** pode ser adequada, por exemplo, à **fala coloquial** (p. 57);

Especialmente na linguagem falada, mas também na língua escrita, em registro mais distenso, ocorre **pronome pessoal tônico** como **objeto direto**, sem **preposição**, construção que é condenada pela gramática tradicional normativa (...) (p.614);

(...) ocorre frequentemente (embora mais especialmente na língua falada), que se usem formas de segunda pessoa em enunciados em que se emprega o tratamento **VOCÊ**, de tal modo que se misturam formas de referência pessoal de **segunda** e de **terceira pessoa**: (...) (p.458);

# A gramática normativa só admite que essas formas ocorram como complemento se preposicionadas. Entretanto, especialmente na linguagem falada, mas também na escrita, ocorrem enunciados como: *Não sei respondia a recepcionista, que trabalhava com ele há quinze anos. Nunca vi ELE assim.* (ANB) (...)

Na conversação essas formas são sempre usadas quando sua posição na o enunciado tem de ser tônica. (p.457);

# Esse uso ocorre especialmente na conversação espontânea, e são abundantes os exemplos nos diálogos de peças teatrais: *Pode ditar o que VOCÊ quiser, eu escrevo. Sei fazer contas, também. Eu já TE falei que meu nome é Érica?* (OMT) (p.458);

# A grande difusão, no Brasil, do emprego de **você**, em vez de **tu**, para referência ao interlocutor, faz que, muitas vezes (embora mais especialmente na língua falada), se misturem formas de referência pessoal de 2ª e 3ª pessoa (p.472).

Observe-se, sobretudo, o emprego de “especialmente, “mais”, “menos”, que indicam bem como a *Gramática* considera de modo gradual a distinção entre fala e escrita, entre os usos nas duas modalidades.

Finalmente, deve-se dizer que há na *Gramática* alguns poucos usos que são desqualificados, de acordo com a perspectiva teórica escolhida:

# Não tem justificativa o emprego de **CUJO** *iniciando constituinte de valor locativo, como ocorre nesta passagem da literatura jornalística: A região vem passando por uma transformação urbanística com a desocupação dos galpões*

*e antigas casas, **em cujos locais** há grandes possibilidades de surgirem empreendimentos (FSP). A indicação locativa dentro do constituinte relativo teria de ser expressa por ONDE ou EM QUE/NO QUAL (p. 369);*

# Ocorrem casos de introdução indevida de **preposição** antes de pronome relativo que funciona como objeto direto, que não encontra nenhuma explicação na **estrutura argumental do verbo**". Para ficar no bairro onde mora desde criança, excetuando-se os períodos **em que** passou fora do país, Cléo gastou R\$ 120 mil que levantou com a indenização na compra de sua nova casa (FSP).

Nesses casos, para apresentar usos impossíveis, segundo a perspectiva teórica escolhida, mas também para mostrar, a partir de um mesmo exemplo, as variações possíveis e atestadas por outras ocorrências, podem aparecer exemplos da própria autora:

Chico faz uma saudação à mulher, que vem entrando, com dois pacotinhos de dinheiro e sai (AC). Comparando-se, por exemplo, o último enunciado com um correspondente de **verbo** pleno: Chico **saúda a mulher**, que vem entrando, com dois pacotinhos de dinheiro e sai (p. 59);

Observe-se, por exemplo, que, nas **orações** com **verbos implicativos negativos**, não podem ocorrer **indefinidos negativos**". \*Há interesse em **EVITAR nenhum** incidente público. \*Você **DEIXOU DE** ser **nenhum** grande escritor verdadeiramente.

Em síntese, a gramática de Neves descreve e explica os diferentes usos. Esses usos, como foi já observado, não são hierarquizados pela frequência, não havendo assim uma norma “usual”. Além disso, a gramática em geral quase não estabelece relações entre os usos e os lugares, o tempo e as camadas sociais em que são empregados. Em lugar dessas informações, ela indica os sentidos produzidos pela diversidade de usos nos discursos, os papéis discursivos desses empregos na interação. Trata-se, assim, de um tipo de gramática de usos, possível e mais próximo dos estudos teórico-linguísticos do século XX.

Se as gramáticas que constroem o discurso da norma natural, única, empregam exemplos do próprio gramático para apontar as regras da língua, se as gramáticas prescritivas necessitam do referendo de escritores e de outros usuários de autoridade e prestígio, as gramáticas de usos empregam exemplos de usos atestados, encontrados, empregados por diferentes tipos de locutores. São usos atestados, mas não apenas por usuários de “autoridade e prestígio”. Os exemplos da gramática de Neves são extraídos da base de dados de 200 milhões de ocorrências do Centro de Estudos Lexicográficos da UNESP – Araraquara/São Paulo (excetuados os raros casos acima mencionados), que foi organizado segundo critérios de variação de gêneros textuais, de registros sociais, de regiões, etc. É um corpus de língua escrita, mas que conta também com usos muito próximos da fala (textos de teatro, textos jornalísticos, entre outros), sobretudo se se adota, como foi já apontado, a perspectiva teórica de uma diferença gradual entre fala e escrita (Marcuschi, 1997; Barros, 2000). A autora, como foi dito acima, não trata explicitamente das diferenças entre fala e escrita, mas aponta os usos atestados no corpus, sejam eles mais usuais na fala ou na escrita (com base no textos escritos próximos da língua falada):

Esse corpus abriga textos escritos de literatura romanesca, técnica, oratória, jornalística e dramática, o que garante diversidade de gêneros e permite a abrangência de diferentes situações de enunciação, incluindo a interação, sendo notável a representatividade da língua falada, encontrada na simulação que dela fazem as peças teatrais (p. 14).

# Esse uso ocorre especialmente na conversação espontânea, e são abundantes os exemplos nos diálogos de peças teatrais ...(p.458).

Para terminar esta apresentação resumida das características da gramática de usos de Neves e das gramáticas de usos em geral, no século XX, no Brasil, parece-nos necessário falar dos diálogos muito frequentes estabelecidos entre a gramática de Neves e outras gramáticas do século XX. Neves as chama, no início de sua obra, de “gramática tradicional”, em seguida, de “gramática tradicional normativa”, e, no final, de “gramática normativa”.

Desde a *apresentação* da gramática de Neves, esses diálogos são explicitamente mencionados: “para maior utilidade do consulente comum a norma de uso é invocada comparativamente, de modo a informar sobre as restrições que tradicionalmente se fazem a determinados usos atestados e vivos” (p. 14).

Os diálogos ocorrem sobretudo nos *comentários* e têm duas funções, além da função informativa explicitada na *apresentação*: a de confirmar, pela gramática “tradicional”, o uso descrito; a de se opor a essa gramática. Seguem alguns exemplos:

# *Quanto à regência particular do verbo esquecer (-se), cabe observar que, de acordo com as lições da gramática tradicional, esse verbo...* (p. 41);

*É com base nessa característica que a gramática tradicional assenta a sua definição de **substantivo** como “a palavra que designa ou nomeia os seres. **De fato**, considerados... (p. 68);*

*Quando se referem a **número plural**, esses **nomes** devem pluralizar-se, segundo as normas da gramática tradicional. Entretanto é frequente que o plural venha indicado apenas pelos elementos que acompanham esses nomes (os **adjuntos adnominais**) (p. 107);*

*# Embora a recomendação da gramática tradicional normativa, nesses casos, seja que o **substantivo** empregado para referência plural receba a marca de plural, é comum que a pluralização seja feita apenas pelo **determinado** (p. 110);*

*# Quando se referem a número plural, nem sempre esses **substantivos** se pluralizam, sendo o plural indicado apenas pelos elementos que os acompanham (**determinantes**, por exemplo), o que contrária as recomendações da gramática tradicional normativa (p. 113).*

Os dois primeiros exemplos mostram relações de concordância da gramática de usos com a gramática “tradicionnal”, enquanto os três últimos, graças sobretudo ao emprego de “entretanto”, de “embora”, de “o que contraria”, assinalam o desacordo com a gramática “tradicional” normativa. A oposição instala-se entre a norma prescritiva (a prescrição, a “recomendação”) e o uso. Os exemplos que seguem mostram a extensão e a predominância da polêmica nesses diálogos:

*Encontram-se, entretanto, casos restritos de **advérbio** flexionado em **gênero e número**. Esses usos, que se referem a **quantificadores**, pertencem a um registro mais distenso e são considerados erros pela gramática normativa: (p. 233);*



*Recomenda a gramática tradicional normativa que se use no singular o substantivo determinado pela expressão um e outro. Entretanto, o plural é bastante usado (p. 117);*

# *Entretanto, contrariamente ao que recomenda a gramática normativa tradicional, a construção também ocorre sem **artigo** (p. 404);*

# *A recomendação da gramática normativa é que os sobrenomes assim usados se pluralizem, mas isso nem sempre acontece, usando-se, muitas vezes, no plural, apenas o **artigo definido** (p. 406).*

Algumas vezes, a autora não se manifesta claramente a favor ou contra a gramática “tradicional” normativa, mas o faz de forma subentendida, pois, nesses casos, a gramática opõe as recomendações normativas aos usos atestados, vivos, ainda que eles apareçam como registros coloquiais e informais:

*Se o **sujeito da oração completiva infinitiva** é um **pronome pessoal**, ele toma a forma oblíqua, segundo as normas da gramática tradicional, mas é bastante ocorrente, na linguagem coloquial, a forma reta: (p. 353);*

*O comparativo de superioridade de bem ou mal pode ser sintético (...) ou analítico (...), embora a gramática normativa recomende o emprego do comparativo analítico (p. 281);*

*Essa construção não é bem-aceita pela gramática normativa (p. 359). (o caso de “gostar que”);*

*Por outro lado, com o **verbo fazer**, que rege objeto direto, pode ocorrer que o complementador seja precedido da **preposição COM**, o que não é recomendado pela gramática normativa. (p. 359).*

A gramática de Neves dialoga, da mesma forma, com os dicionários e com o Formulário ortográfico:

# O substantivo jângal é apontado como masculino nos dicionários, mas só ocorre no feminino (p. 154);

# Embora o Formulário ortográfico prescreva o uso de hífen nesses casos, verifica-se que a grafia varia: (p. 175, 179).

Finalmente, é preciso dizer que, se os exemplos apresentados mostram, principalmente, a discordância em relação à aceitação dos usos, há também diferenças polêmicas entre os dois tipos de gramática quanto a questões teóricas:

# *A gramática tradicional coloca esses advérbios como **conjunções coordenativas (adversativas e conclusivas, respectivamente)**, admitindo, assim, orações **coordenadas sindéticas conclusivas**. Na verdade, são elementos em processo de gramaticalização.* (p. 241);

# *A gramática tradicional não se mostra sensível à diferença entre as subcategorias **contável** e **não-contável** dos **substantivos** [com o verbo pedir]. Entretanto, são várias as propriedades que distinguem essas duas subcategorias* (p. 82).

Reforçamos sobretudo quatro características da gramática de Neves:

- o tipo de gramática de usos: não é uma gramática da norma usual, da frequência de uso, mas uma gramática sobretudo linguística, de descrição e explicação dos usos;
- uma gramática funcionalista, que apresenta claramente sua fundamentação teórica;

- uma gramática que examina a “língua viva”, em funcionamento nos discursos e na interação entre os sujeitos;
- uma gramática que mostra que os diferentes usos não são certos ou errados, mas que eles existem e produzem efeitos de sentido diferentes no discurso.

## Considerações finais

As duas gramáticas examinadas compõem o quadro dos estudos gramaticais no Brasil, no século XX: de um lado, uma gramática “tradicional” ou segundo a tradição das gramáticas greco-latinas e das gramáticas portuguesas desde o século XVI (desde João de Barros), prescritiva e, antes de tudo, pedagógica, mas que dialoga com os estudos linguísticos do século XX; do outro, uma gramática sobretudo descritiva e explicativa, que escolhe e explicita uma teoria linguística determinada para examinar os usos.

As gramáticas de Celso Cunha e de Neves constroem imagens diferentes do enunciador e do enunciatário, ou, em outras palavras, cada uma delas apresenta um *éthos* do enunciador e um *páthos* do enunciatário. Na gramática de Celso Cunha, as estratégias discursivas empregadas mostram o *éthos* do enunciador erudito, sábio, competente, com a autoridade de alguém que conhece a língua e suas regras, mas também benevolente, que quer e deve ensinar a língua aos que não sabem escrever bem, ou mesmo falar bem, e também aos usuários cultos que cometem “erros”. É o *éthos* de um “gramático”, segundo a imagem construída de um gramático no Brasil, no século XX. O *páthos* do enunciatário é o daquele que quer aprender a bem empregar a língua, que acredita na gramática e que sabe que é preciso falar e escrever bem se se quer ocupar um bom lugar na sociedade.

A escolha dos tempos e a das pessoas do discurso na gramática de Celso Cunha são procedimentos relevantes da construção do *éthos* e do *páthos*: há o emprego da 3ª pessoa e, sobretudo, a presença acentuada da

1ª pessoa do plural, com suas várias possibilidades de uso – 1ª pessoa do plural como *nós exclusivo* (eles + eu: nós, os gramáticos); 1ª pessoa do plural no lugar da 1ª pessoa do singular (plural de autor); 1ª pessoa do plural em lugar da 3ª pessoa. São essas, geralmente, as escolhas do discurso científico, são esses seus procedimentos característicos: o emprego da 3ª pessoa produz efeitos de sentido de objetividade, próprios da ciência (“Materialmente, a frase constitui uma cadeia sonora com seus acentos principais e secundários” (p. 67-68)); o emprego da 1ª pessoa do plural em lugar da 1ª pessoa do singular, denominado *plural de autor*, produz o efeito de sentido de se falar em nome da ciência (“Apresentar as consoantes fricativas como subdivisão das constrictivas não nos parece a melhor solução (...)” (p. 55), “(...) além do emprego a que nos referimos (...)” (p. 434)); o emprego do *nós exclusivo* (eles + eu: nós, os gramáticos) mostra a participação da gramática na tradição gramatical de que já falamos. Os efeitos de sentido de objetividade da ciência, de se falar em seu nome e de participação na tradição gramatical resultam desses procedimentos. Por outro lado, o emprego acentuado da 1ª pessoa, ainda que enfraquecido pelo plural e, em particular, por seu emprego em lugar da 3ª pessoa, produzem efeitos de sentido de subjetividade e de aproximação, sempre muito atenuada, entre o destinador e o destinatário da gramática (“... se, no entanto, observarmos com atenção a pronúncia ...”(p. 56); “Dizemos, por exemplo, que as palavras gostosamente e indubitavelmente são paroxítonas, porque sentimos que em ambas o acento básico recai na penúltima sílaba” (p. 67)). Esse jogo de vozes que se afastam e se aproximam é uma das características do discurso pedagógico, que mistura os efeitos de cientificidade e os de cumplicidade didática de uma interação sempre assimétrica entre professor e aluno. O autor se apaga um pouco nesse ir-e-vir, mas a 1ª pessoa, ainda que do plural, garante-lhe certa “propriedade” e “individualidade” de ponto de vista.

O tempo é, em geral, o presente atemporal, gnômico, do discurso científico.

A gramática de Maria Helena de Moura Neves constrói, também ela, o *éthos* de autoridade e competência, mas se trata, principalmente, da autoridade do linguista que, em nome da ciência da linguagem, deve descrever e explicar a língua.

Na gramática de Neves, o emprego das pessoas e do tempo do discurso é próprio do discurso objetivo da ciência: 3ª pessoa e presente atemporal, gnômico. Quando a autora precisa da 1ª pessoa, para falar, por exemplo, das contribuições que recebeu de outros linguistas, ela emprega a estratégia de substituir a 1ª pessoa pela 3ª, dizendo “a autora”, ou a da indeterminação do sujeito:

A autora obteve colaboração...(p. 19);

Obviamente, as imprecisões e impropriedades remanescentes são de inteira responsabilidade da autora (p. 20);

A partir dos pressupostos sobre os quais se assenta a investigação pretendida, pode-se ilustrar com algumas classes de palavras a discussão que se efetivou (p. 16);

A partícula negativa **NÃO**, como já se explicou antes... (p. 289);

Os advérbios **NUNCA** e **JAMAIS**, como também já se explicou em 2.1... (p 289).

Esses procedimentos escondem os efeitos de aproximação e as marcas sensoriais e passionais da enunciação, próprias da 1ª pessoa, sob a aparência do afastamento e da objetividade inteligível e racional da indeterminação das pessoas do discurso e do emprego de um papel temático, o da “autora”, no lugar do “eu” ou do “nós”.

O destinatário está também sempre na 3ª pessoa, o que reforça o efeito de sentido de afastamento entre enunciador e enunciatário. A cumplicidade entre a autora da gramática e seu leitor constrói-se então por meio de outros procedimentos, sobretudo os de “facilitação” da gramática e de sua leitura. As numerosas comparações, os muitos exemplos e as relações com a gramática “tradicional” são algumas dessas estratégias de cumplicidade e facilitação.

As duas gramáticas examinadas contribuem assim para a formação da parte gramatical do rosto brasileiro do século XX. Rosto que os estudos dos diferentes discursos, entre os quais o gramatical, deixam ver e sentir. Se as gramáticas do século XX não têm mais o papel primordial de construir laços entre língua e nação, criando impérios coloniais e identidades nacionais, elas criam relações entre língua e sociedade e estabelecem, sobretudo as tradicionais, a ordem social.

## Referências

ALÉONG, Stanley. **Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique**. In: E. Bédar et J. Maurais (éd.). **La norme linguistique**. Paris: Le Robert. s/d.

ARGOTE, J. C. de. **Regras da lingua portugueza, espelho da língua latina ou disposiçam para facilitar o ensino da língua latina pelas regras da portugueza**. Lisboa: Officina de Mathias Pereira da Silva. 1721.

AUROY, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da UNICAMP. 1988.

BARBOZA, J. S. **Grammatica philosophica da língua portuguez**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias 1ª ed. 1822. 3ª ed., 1830.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Variação e norma na língua falada:** estudo de duas gramáticas. In: K. Barros. **Produção textual.** Interação, processamento, variação. Natal: EDUFRN, 1999. p. 21-33.

\_\_\_\_\_. **Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias.** In: D. Preti. (Org.). **Fala e escrita em questão.** 1ª ed. São Paulo: Humanitas, 2000. p. 57-77.

\_\_\_\_\_. **O discurso da norma na gramática de João de Barros.** ALFA, v. 45, p. 11-32, 2001.

\_\_\_\_\_. **O discurso da norma na gramática de Fernão de Oliveira.** Línguas e instrumentos linguísticos, n.7, p. 7-21, 2002.

\_\_\_\_\_. **O discurso da gramática: imagens da norma e da língua.** Linguística, v. 17, p. 95-113, 2005.

\_\_\_\_\_. **Linguagem popular na gramática e no dicionário.** Investigações, v. 21, n. 2, 2008.

\_\_\_\_\_. **Linguagem popular e oralidade:** efeitos de sentido nos discursos. In: D. Preti. (Org.). **Oralidade em textos escritos.** São Paulo: Humanitas, 10: p. 41-72, 2009.

BARROS, João de. **Gramática da língua portuguesa.** organizada por José Pedro Machado, Lisboa 1ª ed. 1540. 3ª ed., 1957.

\_\_\_\_\_. **Gramática da língua portuguesa.** Cartinha, gramática, dialogo em louvor da nossa linguagem e dialogo da viciosa vergonha. Reprodução fac-similada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa 1ª ed. 1540.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Indo-europeu, Linguística e ... racismo.** Revista da USP, nº 14: p. 104-110. 1992

\_\_\_\_\_. **Linguistique, Indo-Européen et Racisme.** Cahier International Du Centre D'Études et de Documentation de la Fondation Auschiwitz. Bruxelas, Bélgica, 2002. p. 85-98.

BUESCU, M. L. C. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Biblioteca Breve, Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa. v. 18, 1978.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Racismo e cultura**. Aula inaugural da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. FFLCH-USP, São Paulo, 1993. p. 16

COLLINOT, A. de MAZIÈRE, F. **Un prêtre à parler**: le dictionnaire. Paris, PUF. 1997.

CORUJA, Antonio A. P. **Compendio da grammatica da língua nacional**. Rio de Janeiro: T. Esperança 1ª ed. 1835. 1873.

CUNHA, Celso. **Gramática do português contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares. 1970.

\_\_\_\_\_. **Gramática da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional do Material Escolar – MEC. 1972.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática. 1988.

\_\_\_\_\_. **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática. 1996.

\_\_\_\_\_. O Éthos do enunciador. In: A. Cortina e R. C. Marchezan (orgs.) 2004. **Razões e sensibilidade: a semiótica em foco**. Araraquara: Laboratório Editorial/FCL/UNESP, São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. 2004.

GOMES, Augusto Alfredo. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves 1ª ed. 1887. 16ª ed. 1915

GREIMAS, Algirdas Julien. **Dicionário de semiótica**. São Paulo, Cultrix ed. Francesa, 1979. s/d

\_\_\_\_\_. **Du sens II**. Paris: Éditions du Seuil. 1983.



GUIMARÃES, Eduardo. **Sinopse dos estudos do português do Brasil**. Relatos. Publicação do Projeto História das idéias linguísticas, n. 1, 1994.

\_\_\_\_\_. **História da gramática no Brasil e ensino**. Relatos. Publicação do Projeto História das idéias linguísticas, n. 5, 1997.

LEITE, Marli Quadro. **O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma**. São Paulo: Humanitas/Paulistana. 2007.

MACIEL, Maximino de Araújo. **Grammatica analytica**. Rio de Janeiro: Typ. Central. 1887.

\_\_\_\_\_. **Breve retrospecto sobre o ensino da língua portuguesa**. Prólogos à Grammatica Descriptiva. Relatos. Publicação do Projeto História das idéias linguísticas, n. 3, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Oralidade e escrita**. Signótica 8. Goiânia. 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp. 2000.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da linguagem portuguesa**. por Rodrigo de Sá Nogueira, Lisboa 1ª ed. 1536. 3ª ed., 1936

\_\_\_\_\_. **Gramática da linguagem portuguesa**. Introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa nacional, Casa da Moeda 1ª ed. 1536. 1975.

ORLANDI, Eni. **O estado, a gramática, a autoria**. Relatos. Publicação do Projeto História das idéias linguísticas, n. 4. 1997.

PACHECO DA SILVA, Manuel. **Grammatica histórica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Hazlett. 1878.

PACHECO DA SILVA e LAMEIRA DE ANDRADE. **Grammatica da língua portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves 1ª ed. 1887. 2ª ed., 1894

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Gramática expositiva**. São Paulo: Weiszflog Irmãos. 1907.

REIS LOBATO, Antonio José dos. **Arte da grammatica da língua portugueza**., Paris: Livraria Portugueza de S. P. AILLAUD 1ª ed. 1770. 1ª ed. Paris 1837.

RIBEIRO, João. **Grammatica portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves 1ª ed. 1887. 11ª ed., 1904.  
\_\_\_\_\_. **Grammatica portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves 1ª ed. 1887. 21ª ed., 1930.

RIBEIRO, Júlio. **Grammatica portugueza**. São Paulo: Typ. De Jorge Seckler. 1881.

ROBOREDO, A. de. **Methodo grammatical para todas as línguas**. Lisboa: Pedro Craesbeeck. 1619.

ROCHA LIMA. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: F. Brigueit & Cia. Editores 1ª ed., 1957. 7ª ed., 1962.

SAID ALI, M. **Grammatica histórica da língua portugueza**. São Paulo: Comp. Melhoramentos 1ª ed. 1908. 2ª ed., 1931.